

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JONATHAS MELO DA SILVA
JULIETE MORAIS DO NASCIMENTO
MARIA LUANA SILVA DE ARRUDA
SHEILA CRISTINA DA SILVA

ANALFABETISMO FUNCIONAL ENTRE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

RECIFE
2023

**JONATHAS MELO DA SILVA
JULIETE MORAIS DO NASCIMENTO
MARIA LUANA SILVA DE ARRUDA
SHEILA CRISTINA DA SILVA**

ANALFABETISMO FUNCIONAL ENTRE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ariedja de Carvalho Silva

RECIFE

2023

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

A532 Analfabetismo funcional entre jovens e adultos no Brasil/ Jonathas Melo da
Silva [*et al.*]... - Recife: O Autor, 2023.
16 p.

Orientador(a): Dra. Ariedja de Carvalho Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro - UNIBRA. Licenciatura em Pedagogia, 2023.

Inclui Referências.

1. Analfabetismo funcional. 2. Jovens e adultos. 3. Alfabetização. 4.
Educação. 5. Brasil. I. Nascimento, Juliete Moraes do. II. Arruda, Maria
Luana Silva de. III. Silva, Sheila Cristina da. IV. Centro Universitário
Brasileiro. - UNIBRA. V. Título.

CDU: 37.01

Dedicamos esse trabalho a todos os educadores que acreditam na educação e sabem que ela é o caminho para a liberdade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus pelo dom da vida e por nos possibilitar hoje está realizando este sonho, que ele sonhou conosco, e segurou nossa mão em todo o percurso. Agradecemos a nossos pais, familiares e amigos que nos apoiaram e ouviram nossas reclamações, mas também nos ajudaram a trilhar esse caminho até aqui. Agradecemos as nossas orientadoras Ariedja e Carol por todo apoio e incentivo, sem vocês estaríamos perdidos. Obrigada a todos.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente projeto tem como propósito conhecer, a partir de pesquisa bibliográfica, as estratégias pedagógicas que possam contribuir para redução do analfabetismo funcional entre jovens e adultos no Brasil. Nas últimas décadas, o Brasil vem enfrentando um alto índice de analfabetismo funcional, sendo essa uma grande problemática para educação do país e estando presente na comunidade escolar, desde o Ensino Fundamental até mesmo no Ensino Superior. Assim, faz-se necessária a abordagem do tema para que possamos identificar práticas pedagógicas que possam contribuir para a redução do analfabetismo funcional no Brasil, especialmente entre jovens e adultos.

Palavras-chave: analfabetismo funcional; jovens e adultos; alfabetização; educação; Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this project is to find out, based on bibliographical research, which pedagogical strategies can contribute to reducing functional illiteracy among young people and adults in Brazil. In recent decades, Brazil has been facing a high rate of functional illiteracy, which is a major problem for the country's education and is present in the school community, from primary to higher education. It is therefore necessary to address the issue so that we can identify pedagogical practices that can contribute to reducing functional illiteracy in Brazil, especially among young people and adults.

Keywords: functional illiteracy; youth and adults; literacy; education; Brazil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
3.1 Compreendendo o conceito de analfabetismo funcional.....	15
3.2 Plano nacional de educação.....	19
3.3 Analfabetismo funcional no Brasil	20
<i>3.3.1 Causas do analfabetismo funcional e práticas pedagógicas que contribuem para sua redução.....</i>	<i>22</i>
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAF	Indicador de analfabetismo funcional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano nacional de educação
UNESCO	Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Analfabetismo funcional entre jovens e adultos no Brasil

Jonathas melo da silva
Juliete morais do nascimento
Maria luana silva de arruda
Sheila cristina da silva

Professora Orientadora: Ariedja de Carvalho Silva ¹

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo abordar o analfabetismo funcional entre jovens e adultos no Brasil. Quando se trata de educação, segundo o INAF o analfabetismo funcional entre jovens e adultos, é uma das principais problemáticas que o Brasil tem enfrentado nas últimas décadas, levando em consideração que esses índices estão aumentando a cada ano.

De acordo com a pesquisa nacional por amostra domiciliar (PNAD contínua, 2019, do IBGE) 11 milhões de Brasileiros são analfabetos e 29% da população brasileira é analfabeto funcional, ou seja, pessoas que mesmo sabendo ler encontram dificuldades para interpretar e compreender textos e resolverem conceitos matemáticos.

Segundo Souza e Rodrigues (2009, p. 03):

[...]O Desenvolvimento Inclusivo tenta harmonizar os diferentes modelos sociais existentes e valoriza as diferenças e a diversidade na construção de uma sociedade melhor. É um conceito que reconhece uma dívida de muito tempo com os povos mais pobres, com as pessoas com deficiência e com todos aqueles que sempre estiveram à margem da cidadania nacional e planetária.

¹Professora da UNIBRA. Doutora em Letras (UFPE). E-mail: carol_ibgm@outlook.com.

Contudo, é mais complicado do que se previa essa problemática. Por que o analfabetismo funcional está presente em toda comunidade escolar desde o ensino fundamental até o ensino superior. Se fazendo assim a importância de valorizar a diversidade nas instituições de ensino. Partimos da indagação “Que estratégias pedagógicas podem contribuir para a redução do analfabetismo funcional entre jovens e adultos no Brasil?”

Tendo como objetivo trazer à tona uma compreensão objetiva sobre o analfabetismo funcional, fez-se necessária a análise das raízes da problematização, e da distribuição das informações eficazes, de forma que o discente cresça em conhecimento. Buscando as causas da desigualdade de aprendizado percebemos ser uma questão que remonta décadas de construção social, onde o problema encontra-se no âmago da sociedade.

Dentro dessa contextualização, é possível desenvolver estratégias eficazes para a redução, ou quem sabe num futuro próximo a erradicação do analfabetismo funcional. Concluímos que o índice pode ser reduzido através de metodologias ativas, tais como gamificação, sala de aula invertida, cultura maker e aprendizado por projetos. Também incentivando a criação de projetos para desenvolver o hábito de leitura, promovendo discussões sobre os textos lidos, inserindo textos e músicas condizentes com a realidade dos educandos. A seguir apresentaremos o delineamento metodológico, onde será especificado o tipo de pesquisa que foi realizada para a construção deste artigo, o referencial teórico, resultados e discussões, a conclusão e as considerações finais, seguidos das referências de todas as obras utilizadas na pesquisa.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho foi baseado na pesquisa bibliográfica exploratória a partir de abordagem qualitativa. Segundo Fonseca (2002, p.32)

[...] Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o

objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Realizar inicialmente uma busca na literatura, visando compreender melhor o tema e o problema de pesquisa a ser investigado, torna ainda mais objetivo e de fácil entendimento o processo da pesquisa. Compreendendo a importância do processo da pesquisa científica e que se faz necessário utilizar fontes confiáveis e científicas, a coleta de dados se deu através do Google Acadêmico, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Foi utilizado as seguintes palavras para a busca de material bibliográfico: Analfabetismo, analfabetismo funcional, analfabetismo funcional entre jovens e adultos. Foram incluídas apenas obras em português, de caráter científico, mais pertinentes ao tema e à pergunta de pesquisa e excluídas obras que fugissem do tema em questão e publicada em língua estrangeira. Possui obras mais antigas, sendo elas dos anos de 2004 e 2010. Utilizamos para a pesquisa bibliográfica dois livros, dois artigos de revista e um TCC.

Sendo agregado algumas obras e produções acadêmicas, tais como: Araújo (2022); Bamberger (2000); Ramos (2010); Souza (2023).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Compreendendo o conceito de analfabetismo funcional

Para enfatizar o conceito de analfabetismo funcional é importante abordar os conceitos de alfabetização e letramento para compreender essa problemática de uma perspectiva melhor. Determina-se “alfabetização” como “ação de alfabetizar” “difusão do ensino primário, restrito ao aprendizado de leitura e escrita “rudimentar” (ALFABETIZAÇÃO, 2023) e “letramento” como “processo pedagógico de aquisição e domínio da capacidade de ler, escrever e interpretar textos; alfabetização: o nível de letramento dos alunos.” (LETRAMENTO, 2023). Andando sobre as mesmas vertentes alfabetização e letramento tem convergências entre si, mas alguns indivíduos podem não se apropriar da alfabetização em sua totalidade ou, ainda não conseguem a aquisição dos dois desenvolvimentos em conjunto, ou seja:

[...]Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2003, p. 40).

Por tanto, conseguir codificar e decodificar a escrita das palavras não é o necessário para se atinar as demandas do campo social. Por isso se faz importante a questão do letramento, ou seja, que se tenha autonomia na obtenção da leitura e escrita em vários contextos. Dessa maneira percebe-se que ser alfabetizado, não obstante que ser letrado, e ser alfabetizado não corresponde a ser letrado. Para Soares 2003; p 47) “O ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo, tempo alfabetizado e letrado”. Isto significa, a criação de circunstâncias que coloquem o discente em uma posição em que ele se aproprie da escrita no contexto da sociedade, assim ressignificando as práticas de leitura e escrita. Segundo Soares (2018) a aquisição de conhecimentos iniciais da linguagem escrita engloba as facetas da alfabetização e letramento, aprendendo primeiro a leitura e a escrita aplicadas no cotidiano.

[...] É necessário reconhecer que alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos. (SOARES, 2011, p 201)

Percebe-se a interação entre os termos alfabetização e letramento, compreende-se que o sujeito Alfabetizado é aquele que obtém a habilidade da escrita alfabética, com aptidão para ler, e o letramento é a constância do saber ler e escrever entrelaçados nas práticas e rotinas sociais. Sendo situações opostas, no sentido literal da palavra define-se “analfabetismo” como “estado ou condição da

pessoa analfabeta, de quem não tem instrução formal nem sabe ler e escrever.” (ANALFABETISMO, 2023). O analfabetismo é a condição em que o sujeito não tem a destreza de escrever, ler e realizar cálculos básicos para desenvolver atividades diárias e ter a participação plena na sociedade. Para Ribeiro (2001):

[...] Em alguns casos, o termo analfabetismo funcional foi utilizado para designar um meio termo entre o analfabetismo absoluto e o domínio pleno e versátil da leitura e da escrita ou um nível de habilidades restrito às tarefas mais rudimentares referentes à “sobrevivência” nas sociedades indústrias.

Dividido em duas categorias primordiais: absoluto (total) e funcional. Conceitos esses que são formas imparciais relativas a leitura e a escrita embora as duas contenha a inexistência de habilidades de fundamentos básicos da alfabetização, as divergências entre elas são existentes e consideráveis.

[...] De acordo com Ribeiro e Silva (...) “Analfabeto é aquele indivíduo que não possui discernimento necessário para ler, compreender e escrever um texto, mesmo que seja simples, como por exemplo um bilhete.

Não saber ler e escrever intitula a pessoa como analfabeto absoluto, a incapacidade de entender ou realizar a escrita e a leitura, afeta a compreensão do indivíduo. O analfabetismo absoluto em sua essência é a falta de todas habilidades de escrita e leitura. O sujeito classificado como analfabeto absoluto é desprovido da cognição a respeito de letras, sílabas, palavras ou frases. Não conseguindo identificar números nem letras, sendo assim impossibilitado de fazer funções como a leitura de palavras, frases ou até o próprio nome.

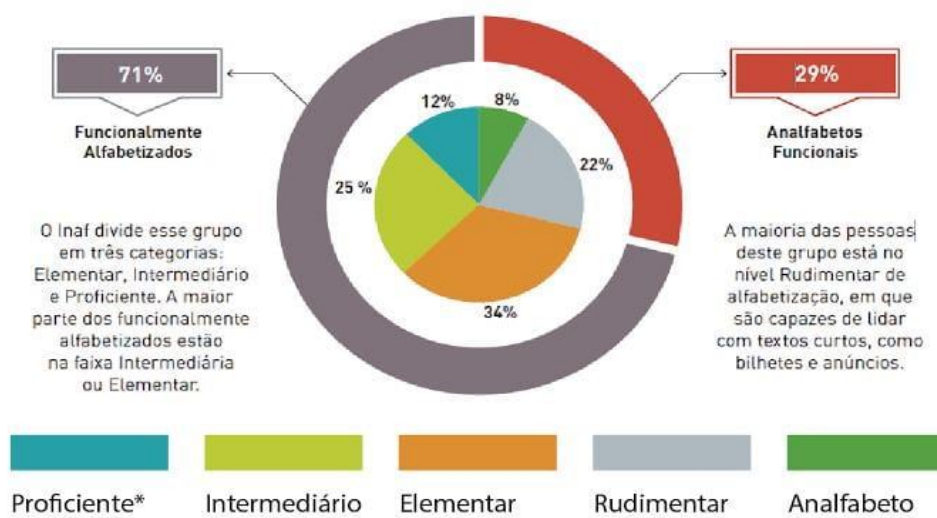
Se tratando de analfabetismo funcional para a UNESCO (Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) esse termo é utilizado para falar sobre os indivíduos que mesmo sabendo ler e escrever formalmente, não despõe da destreza de compor textos simples.

De acordo com SOUZA (2011) A palavra analfabetismo funcional é utilizada para se referir ao tipo de instrução em que o indivíduo sabe ler, escrever e fazer operações simples, mas é incapaz de realizar operações mais complexas no seu dia

a dia “sendo assim o analfabetismo funcional pode ser considerado como a incapacidade de entender textos e operações matemáticas simples e até a dificuldade para a argumentação.

Nessa categoria o indivíduo não é absolutamente um sujeito que não tenha habilidades de leitura e escrita, porém sim um sujeito que apresenta algumas dificuldades em abranger e lograr as informações da escrita de um texto e refletir sobre a mesma. Ele pode conseguir compreender operações matemáticas simples e textos, mas apresentar dificuldades em assimilá-las no geral, gerando problemas de interpretação. Devido a dificuldade de se expressar não se obtém uma comunicação eficaz em alguns momentos. Segundo o INAF (indicador de analfabetismo funcional) existem cinco categorias de analfabetismo funcional com porcentagens, níveis e características diferentes, o nível analfabeto representado 8% da população brasileira, o proficiente que são capazes de elaborar textos de diferentes tipos e de interpretar tabelas e gráficos sendo esse grupo 12% da população, o intermediário com 25%, o elementar 34% e rudimentar representando 22% dessas pessoas.

Imagem 1



Fonte: Inaf, 2018.

Segundo Beatrice (2009) No analfabetismo, diversos são os estigmas que cercam os sujeitos analfabetos. Essa marca torna os envolvidos diferentes dos demais membros da sociedade, pois o estigma estabelece uma relação impessoal com o outro. Vários rótulos giram em torno dos sujeitos analfabetos, o descrédito determina uma associação banal com o outro. Criando assim um preconceito contra

eles, essas pessoas podem obter sentimentos de exclusão e baixa autoestima devido a sua adversidade em conduzir as demandas da sociedade onisciente. Ademais a falta de introdução a escrita e a leitura abaliza o acesso ao conhecimento, informação do dia-a-dia e a cultura, assim lesando a vida social e cultura do sujeito.

3.2. O Plano nacional de Educação

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento de planejamento de políticas públicas na área da educação no Brasil. Ele estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país ao longo de um período de dez anos. O PNE é uma ferramenta importante para orientar as ações do poder público nas três esferas das administrações (União, estado e município). Em 05 de outubro de 1988, dispunha o texto constitucional: Art. 214. A lei estabeleceria o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando alcançar as metas articuladas.

[...] Na seção I do capítulo III da constituição federal de 1988, intitulada “Da educação no artigo 214”. A lei estabelece o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando a articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do Poder Público que conduzam a I- erradicação do analfabetismo; (CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1997, p. 109)

O último PNE, que está em vigor até 2024, foi sancionado em 2014, com o objetivo de orientar as políticas educacionais até aquela data. Entre as metas estabelecidas pelo PNE estão a universalização da educação infantil para crianças de 4 a 5 anos, a ampliação do acesso à educação em tempo integral, a valorização dos profissionais da educação, a melhoria na qualidade da educação básica, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. A PNE também define as diretrizes e estratégias para a educação em diversos níveis desde a educação infantil até a pós graduação, e estabelece metas específicas para cada uma dessas etapas. Inclusive acompanha constantemente o cumprimento das metas estabelecidas.

Vale ressaltar que as políticas educacionais no Brasil podem ser influenciadas por mudanças políticas e econômicas, o que pode afetar a implementação do Plano nacional de educação (PNE).

3.3. O analfabetismo funcional no Brasil

De acordo com Scliar-Cabral (2013), o conceito dado ao analfabeto funcional, corresponde ao próprio adjetivo, no qual se indica e deve; desta forma, entender sobre a ausência de competência do indivíduo na função de ler e escrever os textos, em sua cotidiana, seja no ambiente familiar, social e laboral.

Para Ferreira (1993) existe um questionamento em relação à atuação escolar como provedora do analfabetismo, deixando evidente que para tal solução não está na questão em organizar campanhas de alfabetização, já que, por mais bem-sucedidas que possam ser, não existem garantias de que as porcentagens de alfabetização sejam alcançadas, onde por outro lado, a escola primária não cumpra com eficácia a sua função de alfabetizar. Para o autor, ao ponto que a escola primária continue expulsando grupos consideráveis de crianças incapazes de ler e escrever, onde existirá a possibilidade de que haja continuidade na reprodução do analfabetismo dos adultos.

No Brasil, o analfabetismo funcional vem em uma crescente considerável, e com isso, pode atingir índices alarmantes o que causa preocupação, mesmo que os números de matrículas escolares tenham subido, com contrapartida, as altas taxas de analfabetismo funcional vêm colocando a nossa forma de ensino a avaliar nossos alunos em questão. Existe muito o conceito de (re)pensar sobre as práticas pedagógicas em grande parte das escolas brasileiras.

Dados recentes publicados no ano de 2019, apontaram que existem 11,3 milhões de pessoas acima de 15 anos de idade que tem a capacidade de ler nem escrever, o que corresponde à 6,8% para esta faixa etária. A índice de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade correspondeu à 7%, já para as mulheres, 6,6% (PNAD, 2019).

De acordo com Cordeiro (2011), os desafios dos dias atuais da educação brasileira são evidenciados por meio de um número expressivo de alunos que conclui o ensino fundamental identificando estes analfabetos funcionais. Ou seja, após anos de escolarização, estes alunos são incapazes de se apropriarem das

práticas fornecidas pela escola, e muitos, estão sub à margem de um letramento efetivo. Ainda conforme o supracitado autor, a presença do analfabetismo funcional nesses alunos, mesmo após terem completado nove anos de escolarização, os mesmos apresentam dificuldades para ir de encontro a informações, ter compreensão, saber avaliá-las e organizá-las ao ponde de compreenderem, saber a resolução do problema, tomar decisões, não só no ambiente escolar, mas em toda sua vida fora dela.

Abrangendo o contexto histórico, de acordo com Mortatti (2006), a alfabetização no Brasil, até a segunda metade do século XIX, foi marcada pelo uso de algum material impresso sob a forma de livros para incentivo de ensino a leitura. Estes livros eram produzidos e editados na Europa. Contudo, usualmente dava-se o ensino da leitura através das chamadas “cartas de ABC” e posteriormente eram lidas e se copiavam documentos manuscritos. Naquela época, dava-se início ao uso de métodos de marcha sintética (da “parte” para o “todo”): da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas.

Sendo assim, levando em conta ao que foi evidenciado pelo supracitado autor, o ensino deveria, assim, ser iniciado através da leitura e a apresentação das letras e seus nomes (método da soletração/alfabético), ou de seus sons (método fônico), ou das famílias silábicas (método da silabação), sempre em conformidade com certa ordem crescente de dificuldade. Em seguida, ao reunir as letras ou os sons em sílabas, conhecidas também como famílias silábicas, o ensino a leitura de palavras formadas com essas letras e/ou sons e/ou sílabas e, por fim, eram ensinadas as frases isoladas ou agrupadas. Em relação à escrita, esta era restringida tão somente à caligrafia e ortografia, e seu ensino, à cópia, ditados e formação de frases, por meio do desenho correto das letras.

Outro ponto marcante na história da alfabetização foi na década de 1980, onde essa tradição passou a ser de forma sistemática ser questionada, devido às novas urgências políticas e sociais que foram acompanhadas de propostas de mudança na educação, na intenção de se enfrentar, de forma particular, o fracasso da escola na alfabetização das crianças. Sendo assim, essa foi à problemática pode impulsionar a busca de soluções para esse problema, o que resultou no Brasil, a introdução do pensamento construtivista, com base em teóricos como Jean Piaget (1896-1980), CeletimFreinet (1896-1966) e Emilia Ferreiro. Foi também na década

de 1980, que também foi marcada pela emergência do pensamento interacionista de Lev Vygotsky (1896-1934) para a alfabetização, no qual foi ganhando de forma gradativa seu espaço o que veio a gerar uma espécie de disputa entre os defensores de Vygotsky e os que defendiam o construtivismo.

Também, através desta compreensão, é possível destacar que a consciência fonológica está relacionada com a consciência mais geral dos sons, a consciência fonêmica diz respeito à habilidade de saber identificar os sons que formam as palavras, isto é, é através do “entendimento de que cada palavra falada pode ser concebida como uma sequência de fonemas” (BRASIL, 2007, p.41-42).

Sendo assim, a literatura pode proporcionar em nós as evidências de que a discussão em relação ao analfabetismo funcional não está limitada somente a essas dimensões, entretanto, é de se considerar que o método de ensino é bastante relevante para que o conhecimento possa vir à luz em nossa existência.

3.4 Causas do analfabetismo funcional e Práticas pedagógicas que contribuem para sua redução.

Os fatores socioeconômicos e educacionais são apontados como os principais responsáveis pela falta de habilidades básicas, como leitura, escrita, matemática, interpretação e expressão. Sendo assim o analfabetismo funcional pode ser entendido como um produto da desigualdade presente na educação brasileira. Isso ocorre porque o analfabetismo é mais prevalente entre grupos sociais que enfrentam desigualdades sociais, econômicas e políticas.

[...] Ao pensamento sócio-pedagógico mais crítico das últimas décadas devemos ter levado as análises das desigualdades educacionais para além dos supostos determinantes intraescolar e intrassistema, para os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais, de gênero, raça, etnia, campo, periferia. Avançando até as determinações dos padrões de poder, trabalho, acumulação, concentração-exclusão da terra e da renda. Sabemos mais sobre como esse conjunto de desigualdades históricas condiciona as desigualdades educacionais. (ARROYO, 2010, p. 1382)

Arroyo defende que as desigualdades educacionais são produzidas e reproduzidas por um conjunto de fatores que estão além da escola, sendo esses fatores a desigualdade social, a pobreza, e a discriminação racial. Pois são esses fatores que determinam as condições de vida das pessoas, incluindo o acesso à educação de qualidade.

Outra justificativa para o índice de analfabetos funcionais é a evasão, ou seja, o abandono escolar antes da conclusão dos anos de educação formal. Muitos jovens deixam de estudar para trabalhar, principalmente em famílias de baixa renda, onde a necessidade de ajudar no sustento da família é grande. De acordo com o IBGE 47,9% das pessoas com 15 anos ou mais que não frequentam a escola não concluíram o Ensino Médio.

Ferreira (2013) endossa a visão disforme da educação quando afirma que “o fracasso escolar e a conseqüente evasão denotam o próprio fracasso das relações sociais”. Ele afirma que a escola é um reflexo da sociedade e que, portanto, os problemas sociais se refletem na escola. Para Ferreira, o fracasso escolar ocorre quando os alunos não se adaptam ao sistema educacional. Os alunos que não concluem a educação básica têm menos chances de conseguir um emprego de qualidade e de participar plenamente da sociedade. Na comunidade escolar de acordo com Alves, os professores, os alunos, os pais e a comunidade devem trabalhar juntos para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

[...] Para o bom funcionamento da escola é preciso o compromisso de todos com a aprendizagem, o oposto, não favorece um bom funcionamento. Isto implica na qualidade do ensino, que a escola se propõe a oferecer a seus alunos, e quando esta questão estrutural não é bem resolvida, toda a comunidade escolar é prejudicada.

O espaço físico da escola deve ser um ambiente que estimule a aprendizagem e o interesse dos alunos. Ele deve ser acolhedor, confortável e convidativo. O ambiente escolar deve ser um espaço de alegria, de descoberta e de construção. Além do espaço físico, a escola é também um ambiente de relações sociais. Os alunos aprendem uns com os outros e com os professores.

[...]A escola é mais do que quatro paredes, é clima, espírito de trabalho, produção de aprendizagem, relações sociais de formação de pessoas. O espaço tem que gerar ideias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento, tem que despertar interesse em aprender, além de ser algo alegre, aprazível e confortável, tem que ser pedagógico (DAVIS, 1993, p.53).

Um outro fator intrigante é que as escolas de ensino gratuito no Brasil, têm sido historicamente negligenciadas pelo poder público. Isso ocorre por diversos fatores, como a falta de investimento financeiro, a falta de infraestrutura adequada e a falta de valorização dos professores. De acordo com Gentili (2008)

Os sistemas educacionais nacionais não pararam de crescer e ampliar seu alcance, passando a incluir parcelas da população historicamente excluídas do acesso às instituições escolares [...] estes mesmos sistemas intensificaram sua tendência à segmentação, reproduzindo as persistentes formas de segregação que marcaram seu desenvolvimento histórico. Criaram assim, novas dinâmicas de exclusão endógenas, cada vez mais complexas e difusas. (GENTILI, p. 29, 2008)

Como resultado desse descaso, as escolas públicas têm oferecido um ensino de qualidade inferior às escolas privadas. Isso tem impactado negativamente a população mais carente, que é a que mais depende da educação pública. As classes média alta e alta, por outro lado, têm recorrido à educação privada para garantir uma melhor preparação educacional para seus filhos. Isso ocorre porque as escolas privadas têm mais recursos, infraestrutura e professores qualificados. A escola a duas velocidades é um sistema educacional em que os alunos são divididos em dois grupos com base em seu status socioeconômico.

[...] Um dos grandes perigos dos tempos atuais é uma “escola a duas velocidades”: por um lado, uma escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento social, para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação; por outro lado, uma escola claramente centrada na

aprendizagem, e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos (NÓVOA 2009, p. 26)

Um grupo, composto por alunos de famílias ricas, recebe uma educação de alta qualidade, focada na aprendizagem e no desenvolvimento de habilidades. O outro grupo, composto por alunos de famílias pobres, recebe uma educação de baixa qualidade, focada no acolhimento social e na preparação para o mercado de trabalho. Desta forma destaca-se ainda mais a desigualdade educacional que a cada dia eleva os números de analfabetos, da mesma forma elevando os números de analfabetos funcionais.

Não se pode falar sobre as possíveis causas do analfabetismo funcional sem mencionar as possíveis soluções para sua redução. Tendo em vista que redução do analfabetismo funcional no Brasil é um desafio importante para melhorar a qualidade da educação no país e promover a inclusão social, Ribeiro (1997) acredita que o problema do alfabetismo funcional surge pelas deficiências do sistema escolar brasileiro. Mas Moreira (2003), acredita que a exigência de uma escolaridade formal é umas das formas de influenciar um maior grau de analfabetismo funcional apresentado pelo indivíduo.

[...] O problema do analfabetismo – entendido como a incapacidade absoluta de ler escrever– costuma esconder um outro, tão ou mais perigoso, exatamente por passar despercebido a muitos. Trata-se daquilo que pode ser chamado de alfabetização funcional imperfeita ou, de forma mais radical, “analfabetismo funcional”. De forma simplificada, pode-se dizer que analfabetos funcionais são pessoas completamente analfabetas no sentido tradicional ou pessoas aparentemente alfabetizadas, mas cujo grau de alfabetização é insuficiente para que exerçam funções básicas nas sociedades modernas. Na verdade, o conceito de analfabetismo funcional é relativamente difuso e mesmo desconhecido da maioria das pessoas. (MOREIRA, 2003, p. 21).

Para que o analfabetismo funcional seja evitado é preciso que as escolas deem mais aos seus alunos do que apenas o “básico”, é necessário projetos pedagógicos que vão além do conteúdo cotidiano. Se faz necessário quebrar o estímulo a apenas umas atividades decoradas que depois, os alunos nem lembram. Como diz freire (2006)

[...] Para mim seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-be-bi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao puro ensino da

palavra, das sílabas ou das letras. Ensino cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizandos. (Freire, 2006, p. 19)

Realizar a memorização mecânica do conteúdo, demonstra uma prática em que o aluno somente recebe o conhecimento. “Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante”. (FREIRE, 1987)

Freire (1980) diz que cada indivíduo está inserido em uma realidade diferente, em um contexto social e cultural e, portanto, alfabetizar esse indivíduo significa estabelecer uma relação com o contexto social ao qual ele está inserido. Para diminuir o índice de analfabetismo funcional se faz necessário práticas pedagógicas eficazes que abordem as causas subjacentes e promovam a alfabetização funcional.

Para obtermos um bom resultado na prevenção e combate ao analfabetismo funcional no Brasil, poderíamos contar com o auxílio de Metodologias ativas, tais como gamificação, sala de aula invertida, cultura maker aprendizado por projeto, club de livros e debates com temas diversos. Também podemos incentivar o hábito da leitura e escrita, afinal, esses são os dois grandes pilares do letramento, pois como afirma Bamberger (1995, p.11) “A leitura favorece a remoção das barreiras educacionais de que tanto se fala, concedendo oportunidades mais justas de educação”

A interpretação de texto aparentemente se tornou escassa, então podemos aplicar técnicas de interpretação de texto. Nenhuma realidade de um estudante é igual a outra, nesse sentido quando o foco dos estudos são provas e avaliações, os jovens podem dar mais importância para o ato de decorar conceitos ou fórmulas do que para realmente entendê-los. Mudar a perspectiva das aulas é uma boa forma de engajar os estudantes e promover um desenvolvimento pleno da alfabetização. Uso de tecnologia a tecnologia pode ser uma ferramenta valiosa para melhorar a alfabetização funcional. Aplicativos, programas de treinamento online e e-books podem tornar o aprendizado mais acessível e atraente. Investimento na educação é importante, afinal, os educandos precisam de livros, merenda e transporte de qualidade para chegar a escola. Conforme as Diretrizes Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa (BRASIL, 2008, p. 48):

[...] Mesmo vivendo numa época denominada “era da informação”, a qual possibilita acesso rápido á leitura de uma gama imensurável de informações, convivemos com o índice crescente de analfabetismo funcional, e os resultados das avaliações educacionais revelam baixo desempenho do aluno em relação á compreensão dos textos que lê.

A redução do analfabetismo funcional é um processo contínuo que requer esforços coordenados de governos, escolas, professores e comunidades. É importante reconhecer que cada aluno é único, e as práticas pedagógicas devem ser adaptadas para atender às necessidades individuais e promover uma educação inclusiva e de qualidade.

[...] A construção de uma cultura escolar com outras práticas, normas e concepções, não depende apenas de mudanças legais, mas, também, da criação de condições efetivas para tal, o que incide em mudanças nas condições de oferecidas aos professores, estrutura escolar e preparo técnico e pedagógico aos docentes. (DELGADO, 2001, p.3).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção deste trabalho, surgiram diversas inquietações em relação ao referido tema, que pode ser evidenciado durante o processo da aprendizagem em sala de aula. Deste modo, buscou-se um embasamento teórico como subsídio para que, desta forma, pudesse encontrar as respostas que se faziam necessárias para a conclusão deste estudo e para ter uma melhor compreensão para com os resultados obtidos, que é o contexto do analfabetismo funcional existente em nosso país.

Mediante as pesquisas feitas, ficou evidente de como pode ser complexo o processo de alfabetização. Em suma, o enunciado do analfabetismo funcional, no âmbito do discurso midiático, tal qual como objeto da política pública, incorpora ações de urgência, buscando assim o estabelecimento de metas e apresentando dizeres em relação à sistematização de ações para o enfrentamento deste problema que é bastante visível em nossos dias. No entanto, é necessário que o educador possa estar atento a estas questões e se qualificar para um melhor método de ensino-aprendizagem.

Por fim, podemos deixar registrado como sugestão para futuros trabalhos de pesquisa as investigações sobre o discurso ou em outras correntes epistemológicas

e de pesquisa sobre esta temática, por exemplo, de como o analfabetismo funcional está bem presente no discurso acadêmico-pedagógico, de forma específica como o trabalho docente e a escola estariam vinculados a este problema. Sobre a hipótese de que o analfabetismo funcional seria perpetuado mesmo dentro de uma instituição educacional que esteja atenta para os estudos da linguística, cognitivos e de letramento, temos as seguintes indagações:

- Realmente existem subsídios que sustentam esta hipótese?
- Tal expressão tão alardeada sobre esta temática se forma em um aspecto da realidade educacional brasileira?
- Em outros termos, temos então: É apropriado falarmos em analfabetismo funcional à luz da perspectiva dos estudos de alfabetização e letramento?
- Como é possível nos aprofundarmos sobre a discussão em relação às raízes do problema do analfabetismo quando falamos de nosso país, numa perspectiva histórica?

Através destas práticas, os alunos terão a capacidade de compreender melhor a função social da leitura e através da escrita, buscando um processo de alfabetização mais significativo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luciane. Analfabetismo funcional, alfabetização e letramento, e ações da escola. 1. ed. Dialética: Vozes, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia de livros didáticos PNLD 2008: Ciências / Ministério da Educação. — Brasília: MEC, 2007.

CORDEIRO, R. B. G. Desafios contemporâneos da educação brasileira – letramento(s). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 6, Natal. Anais. Natal, 2011.

DELGADO, Adriana Patricio. O impacto das políticas públicas nas práticas escolares sob a ótica da avaliação de aprendizagem. Espaço do Currículo, v, 4, n. 2, p 162-171, ov/2019.

FERREIRO, E. Com todas as Letras. 4º edição. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. Conscientização – Teoria e Prática da Libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 42. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MOREIRA, Daniel Augusto. Analfabetismo funcional: O mal nosso de cada dia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003

MORTATTI, M. R. L. Um balanço crítico da “Década da Alfabetização” no Brasil. Caderno Cedes, Campinas, v. 33, n. 89, p. 15-34, 2013.

RAMOS, Kátia. Analfabetismo funcional na educação de jovens e adultos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Educação na diversidade e cidadania, com ênfase na EJA) – Universidade aberta do Brasil, Brasília/ DF, 2010.

RIBEIRO, Vera M. M. et alli. Educação De Jovens E Adultos: Proposta Curricular Para O Primeiro Segmento Do Ensino Fundamental. São Paulo/Brasília: Ação Educativa/Mec, 1997.

SCLIAR-CABRAL, L. Sistema Scliar de alfabetização: fundamentos. Florianópolis: Lili, 2013.

SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2018

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUZA, Rakel. Analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em pedagogia) – Universidade federal de Goiás, Goiânia, 2010.